

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ CLÁUDIO SOARES BARBOSA

A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ DE 1906

CURITIBA

2023

JOSÉ CLÁUDIO SOARES BARBOSA

A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ DE 1906

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Angeli

CURITIBA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha família, o grande amor da minha vida. Penso neles todos os dias.

Agradeço ao meu orientador, professor Eduardo Angeli pela paciência e por toda ajuda que me ofereceu ao longo do trabalho.

Agradeço, também, a todos os professores que passaram por minha vida e que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

RESUMO

Durante o século XIX, na economia brasileira, o café foi o principal produto de exportação do país, sendo o maior gerador de divisas naquele momento. O crescimento da produção cafeeira em detrimento do deslocamento do eixo da produção do Vale do Paraíba para o oeste paulista colocou o Brasil como o maior produtor mundial. Nos anos iniciais do século XX, houve um descompasso entre a oferta e a demanda mundial e, esse excesso produtivo culminou nas crises de “superprodução”. Para remediar este problema e seus possíveis efeitos que poderiam colocar em crise a economia brasileira, fez-se necessário uma política de valorização do café, idealizado por meio do Convênio de Taubaté, que teve a participação dos três governadores dos principais estados produtores: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O presente trabalho buscará mostrar como se deu a política de valorização colocada em prática, realizada primeiramente pelo estado de São Paulo em conjunto com os comerciantes estrangeiros ligados ao sindicato organizado por Hermann Sielcken. Contou-se com a ajuda de importantes autores que se dedicaram ao entendimento das medidas adotadas em benefício da defesa dos preços do café, as quais levaram a monopolização comercial pelas firmas estrangeiras.

Palavras-chave: Café, Convênio de Taubaté, Política de valorização, Sindicato Sielcken.

ABSTRACT

During the 19th century, in the Brazilian economy, coffee was the country's main export product, being the largest foreign exchange generator at that time. The growth in coffee production at the expense of shifting the production axis from *Vale do Paraíba* to the west of Sao Paulo has placed Brazil as the world's largest producer. In the early years of the 20th century, there was a mismatch between global supply and demand, and this productive excess culminated in crises of "overproduction". To remedy this problem and its possible effects that could put the Brazilian economy into crisis, a policy of valuing coffee was necessary, created through the *Convênio de Taubaté*, which had the participation of the three governors of the main producing states: Sao Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais. This work will seek to show how the valorization policy put into practice was carried out, primarily by the state of Sao Paulo in conjunction with foreign traders linked to the syndicate organized by Hermann Sielcken. We had the help of important authors who dedicated themselves to understanding the measures adopted to protect coffee prices.

Key words: Coffee, *Convênio de Taubaté*, Valorization Policy, Sielcken Syndicate.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A ECONOMIA CAFEEIRA NO SUDESTE.....	8
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CAFEICULTURA.....	8
2.1.1. VALE DO PARAÍBA.....	8
2.1.2 OESTE PAULISTA.....	9
2.2. CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA CAFEEIRA.....	11
2.3. A OFERTA E DEMANDA DE CAFÉ.....	12
3. OS ANTECEDENTES DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO.....	15
3.1. ORIGENS DA SUPERPRODUÇÃO.....	15
3.2. AS DISPUTAS POLÍTICAS DENTRO DA ELITE CAFEEIRA.....	18
3.3. AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO (1902 – 1906).....	19
3.4. O CONVÊNIO DE TAUBATÉ.....	20
4. A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO REALIZADA POR SÃO PAULO.....	24
4.1. O INÍCIO DA VALORIZAÇÃO.....	24
4.2. O PLANO SIELCKEN.....	24
4.3. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA VALORIZAÇÃO (1908).....	27
5. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXO 1.....	34
ANEXO 2.....	35

1. INTRODUÇÃO

No século XIX, o Brasil vivenciou a expansão de uma das culturas agrícolas mais marcantes em sua história econômica, o café, que foi ganhando espaço entre os produtos de maior exportação da economia brasileira. Com o declínio da atividade da produção açucareira, a cafeicultura tornou-se a principal ocupação econômica no Brasil e, em 1830, já era o artigo de maior comercialização na América do Sul (SIMONSEN, 1973). A produção cafeeira em larga escala teve como ponto de partida o Rio de Janeiro e, em sua marcha para o “oeste paulista”, atingiu seu apogeu produtivo, chegando a representar na década final do século XIX mais da metade das exportações brasileiras. Com o auxílio das mais completas análises da historiografia brasileira sobre o período da economia cafeeira, sabemos que no início do século XX foi feito um apelo por parte dos cafeicultores para que o Governo brasileiro junto aos principais governadores dos estados produtores de café interviessem em defesa da cafeicultura. O marco cronológico da política de “valorização” do café é o ano de 1906, com a criação do Convênio de Taubaté, abrindo caminho para as políticas de governo permanentes da nossa história.

A política de valorização do café pode ser entendida ao dividi-la em duas partes. A primeira parte constitui a “fase teórica” do Convênio de Taubaté, marcada pela reunião dos governadores dos três principais estados produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Buscou-se por uma integração entre os estados para se propor as bases para solucionar os problemas enfrentados pela cafeicultura, em especial os baixos preços vigentes à época e a manipulação feita pelos exportadores estrangeiros. A segunda parte, é a “fase prática” da valorização, constitui propriamente a realização concreta das operações de compras do excedente do café. Parte dos pressupostos assumidos na reunião de Taubaté foram abandonados, houve uma mudança nas bases que deram origem à defesa do café.

Para compreender o que ocorreu na economia cafeeira na virada do século XIX para o início do século XX e o porquê do estabelecimento de um convênio para defesa do café, buscar-se-á compreender: (i) quais eram os objetivos do Convênio de Taubaté?; (ii) Quais foram os agentes que participaram e se beneficiaram das políticas de valorização do café?

Para responder a estas perguntas, o trabalho contou com o auxílio de obras de estudiosos do período referentes à economia cafeeira. O trabalho encontra-se dividido em três capítulos além deste primeiro capítulo introdutório.

O segundo capítulo destina-se ao contexto histórico da economia cafeeira e apresenta-se dividido em três subtemas. Primeiro, serão apresentadas as regiões em que o café predominou inicialmente. Segundo, as principais características da economia cafeeira. Terceiro, os aspectos da oferta e demanda do café e como estas variáveis eram influenciadas pelas oscilações nos preços.

No terceiro capítulo serão apresentados os motivos que levaram às superproduções do café e quais foram as primeiras tentativas de solucionar o problema. O capítulo se encontra dividido em quatro subtemas. Primeiro, foram enfatizados os fatores que propriamente levaram à crise de superprodução. Na sequência, será feita uma breve explanação sobre os grupos que formavam a elite política e econômica em São Paulo. Terceiro, serão apresentadas as primeiras tratativas políticas para se propor uma política de valorização do café. Por fim, será feita uma análise do Convênio de Taubaté.

No capítulo quatro será apresentado a política de valorização que efetivamente ocorreu a partir do ano de 1906. Para isto, dividiu-se o capítulo em três subtemas. No primeiro, será mostrado a mudança no arranjo da valorização. No segundo, será apresentado o plano levado adiante entre São Paulo e os comerciantes estrangeiros. Por fim, o último subtema mostrará a mudança ocorrida na coordenação do esquema da valorização.

2. A ECONOMIA CAFEIEIRA NO SUDESTE

No capítulo inicial do trabalho, será apresentado as características das principais áreas produtoras de café, tendo de início a região do Vale do Paraíba e perpassando para a região do ápice produtivo no oeste paulista. Nesta última área, a atividade cafeeira esteve voltada principalmente para atender ao mercado externo.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CAFEICULTURA

2.1.1. VALE DO PARAÍBA

A cultura do café no Brasil é datada no início do século XVIII na região do atual estado do Pará. Entretanto, não seria na região ao norte do país que a cafeicultura entraria para a história como um dos mais relevantes produtos agrícolas no Brasil durante o século XIX e início do XX. Foi na região sudeste do País que a produção cafeeira teve sua rápida expansão.

Nas primeiras décadas do século XIX, a cultura do café estava concentrada na região do Vale do Paraíba, especialmente no Rio de Janeiro, caracterizada por uma agricultura extensiva, com predomínio do trabalho escravo em pequenas propriedades e com baixa infraestrutura logística ligando as fazendas de café à região portuária. Apesar do baixo desenvolvimento, entre os anos de 1817 e 1826, houve um crescimento nas exportações, o número de sacas exportadas passou de 79.892 para 328.333 sacas. A região fluminense liderava a produção nacional naquele momento (SIMONSEN, 1973).

Nessa região, apesar da proximidade com a capital, encontrava-se uma estrutura logística precária, tornando o caminho para o escoamento da produção um empecilho para os fazendeiros de café. O transporte era realizado por carros de boi e muares, gerando altos custos para a lavoura. Apesar das dificuldades, a terra era abundante e relativamente barata, a mão de obra escrava era predominante nas fazendas que até então eram de tamanho moderado, em sua maioria com porte de pequenas e médias fazendas (FURTADO, 2000).

Não havia maiores cuidados com o uso do solo, indicando uma agricultura de cunho itinerante. Se fazia a exploração ao máximo das terras e, dado o esgotamento da mesma, migrava-se para outras fazendas. O preço relativamente baixo tornava a lógica predatória o caminho mais econômico para os fazendeiros.

As transformações socioeconômicas que ocorreram no Brasil levaram o sistema cafeeiro às dificuldades. Com a promulgação da Lei Feijó de 1831 e da Lei Eusébio de Queirós em 1850, o preço dos escravos se elevou, pressionando o custo da produção. Entre 1821 e 1843, o valor passou de duzentos e cinquenta mil reis para setecentos mil réis e, no período de decadência da região fluminense, o preço subiu de um conto de réis para três contos de réis. A produção, que contava com cento e dezenove mil homens, viu esse número subir para trezentos e setenta e cinco mil em 1870, tendo entrado em declínio nos anos seguintes à lei da abolição (CANO, 1984).

No decorrer do tempo, a produção cafeeira foi mudando de aspecto. A grande propriedade foi se tornando a regra nas fazendas de café, exigindo uma maior demanda por investimentos pelos cafeicultores. Intensificava-se a partir desse momento a intermediação do agente comissário nos negócios do café, exercendo um papel importante no financiamento do fazendeiro e na colocação da mercadoria nas regiões portuárias:

O comissário mantinha uma conta corrente com o produtor, fazendo-lhe adiantamentos por conta do café a ser vendido. Enquanto as comunicações entre o interior e os portos foram precárias, ele representou o elo de ligação entre os fazendeiros e os centros maiores, suprindo-o de bens de consumo provenientes da cidade. [...] Todos estes serviços permitiam ao intermediário reter em suas mãos uma parcela do excedente gerado pela empresa cafeeira. (FAUSTO, 1989, p.231).

A importância dos comissariados se fez presente em todo o período da economia cafeeira e, mesmo nos anos da transição do eixo produtivo do Vale do Paraíba para o oeste paulista, a figura deste agente facilitou toda a comercialização do produto, sendo o elo dos fazendeiros de café e o mercado externo (Fausto, 1989).

2.1.2 OESTE PAULISTA

Em sua marcha rumo ao oeste paulista, dado o esgotamento dos solos e o aumento dos custos de produção no Vale do Paraíba, a cultura cafeeira foi abandonando as práticas tradicionais de exploração, tendo se afastado das suas características iniciais. Passava-se de uma região com baixa produtividade e de uso itinerante do solo para uma

região com solos mais férteis e de terras abundantes. Como citado por WILSON CANO (1984: 32):

A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionaram ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região.

Dentre os principais fatores que proporcionaram o êxito da mudança do eixo produtivo estão: (i) O advento da construção e expansão das estradas de ferro pelo interior de São Paulo; (ii) A mudança da mão de obra escrava para o uso da mão de obra imigrante que vinha crescendo no Brasil; (iii) a continuidade da produção em grandes propriedades.

O desenvolvimento da estrada de ferro esteve atrelado ao crescimento econômico puxado pela produção cafeeira. O crescimento dos lucros da lavoura foram, em grande medida, direcionados para o setor ferroviário. Símbolo da pujança dos cafeicultores de São Paulo, a Companhia Paulista, fundada em 1868, permitiu a expansão da cafeicultura para o interior do estado a partir da cidade de Campinas. No momento da expansão ferroviária, novas técnicas de produção eram implementadas nas fazendas localizadas ao oeste de São Paulo, conferindo maior produtividade e maiores retornos aos produtores (SAES, 1986). Na década de setenta, a malha ferroviária expandiu para as demais cidades do interior do paulista, foram construídas as companhias Ituana e Mogiana por meio do auxílio do grande capital cafeeiro, além da companhia Sorocabana, localizada numa área de exploração algodoeira (CANABRAVA, 2011).

A nova região cafeeira delimitou uma mudança no modelo da economia. Se antes, na região fluminense, havia toda uma estrutura produtiva apoiada na economia escravista, no oeste paulista a exploração esteve atrelada às mudanças internacionais adotadas à época, baseando-se numa economia capitalista. Com as pressões internacionais para o fim da escravidão, houve um aumento na procura por trabalhadores. Para aliviar a escassez de mão de obra, o governo paulista passou a adotar medidas para atrair a imigração para o estado, financiando, por sua vez, os deslocamentos e oferecendo moradias temporárias aos imigrantes (CANO, 1984).

Com o fluxo imigratório cada vez maior, os níveis dos salários entraram em trajetória de queda, concedendo maiores lucros aos cafeicultores, os quais passaram a reinvestir em suas produções. A expansão rumo ao oeste de São Paulo pode ser vista por meio dos números. Em 1875, cento e trinta e cinco mil hectares haviam sido plantados,

vinte e dois anos depois, a área usada para o cultivo do café era de oitocentos e oitenta e cinco mil hectares. Antes, São Paulo representou 10% da produção nacional e, em 1885, passou a representar 40% do total produzido no país, com 465 milhões de pés plantados em 1897, muito acima dos 106 milhões de pés plantados em 1876 (CANO, 1984). Esse acréscimo na produção implicaria no grande aumento na oferta mundial nos anos iniciais do século XX, levando a primeira crise de superprodução do café, marcada pela queda dos preços e pela abundância na oferta do produto em descompasso com sua demanda.

O sucesso da mudança do eixo produtivo marcava a força política que São Paulo representaria no cenário nacional. A ruptura com um governo centralizado foi definitiva com a ascensão da república em 1889, dando início ao período das descentralizações políticas e da formação das oligarquias regionais.

2.2. CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Até o ano de 1870, o Rio de Janeiro era o maior produtor brasileiro, com 60% do total produzido, muito à frente de Minas Gerais (25%) e São Paulo (10%). Porém, foi na região das “terras roxas” que o café alcançou seu ápice da produtividade, colocando os paulistas como maiores produtores em 1889 (SIMONSEN, 1973). O porquê do rápido crescimento no planalto paulista pode ser visto no trecho seguinte:

A famosa terra roxa, que é encontrada em concentrações variadas é rica em ferro e potassa, elementos necessários para a planta do café. O terreno ondulado fornece uma drenagem adequada. O índice pluviométrico, de cem a duzentos centímetros por ano, é grande, porém, não excessivo. As chuvas ocorrem em um ciclo anual, proporcionando, assim, uma estação seca. Esta estação corresponde ao período da colheita, que abrange os meses de junho, julho e agosto. As geadas não são frequentes, apesar da temperatura média não ser muito alta. (HOLLOWAY, 1978, p.20)

Sobre as condições do tempo de crescimento do cafeeiro, este leva em média cinco anos para crescer e assim permitir a colheita. Com os anos, o cafeeiro apresenta queda em seus rendimentos, tendo o ápice da produção dez anos após seu plantio para depois entrar em fase de declínio. A característica peculiar do café conferia um certo grau de incerteza quanto ao volume que seria produzido, existia grande variação entre as safras e, portanto, novamente se fazia importante o comissário e os ensacadores participantes do mercado, os quais ficavam responsáveis pela estocagem do produto (HOLLOWAY, 1978).

Diferente de existir uma situação homogênea em toda a lavoura, havia, na realidade, um leque de regiões cafeeiras com distintas características, divididas em três zonas: a pioneira, a consolidada e a decadente. Na primeira, as regiões em que o café estava em sua fase inicial, onde os fazendeiros haviam comprado a terra recentemente, necessitando de um maior volume de financiamento. A segunda, as regiões que estavam em sua melhor fase produtiva, em plena expansão. Por fim, as regiões de baixa produtividade, com os cafezais já em fase de esgotamento (CASTRO, 1971).

Na primeira e segunda região, adotou-se a mão de obra imigrante por meio de dois regimes de contratação: o sistema de colonato e o sistema de parcerias:

No “colonato”, ou o empresário liquida as suas dívidas, ou se vê envolvido numa série de complicações que vão desde a desorganização do serviço até a entrega da propriedade aos colonos credores(...) No regime de “parceria”, a compreensão da remuneração do trabalhador agrícola é imediata: o proprietário, por menos que recebesse, recebia sempre uma importância positiva, ao passo que no “colonato” ele podia ficar com as dívidas. (DELFIN NETTO, 2009, p.48).

No sistema de colonato, o trabalhador recebia uma quantidade fixa independente das condições da colheita. Já no sistema de parcerias, o trabalhador recebia de acordo com sua participação do total produzido, ou seja, a parcela de sua produtividade. Para DELFIN NETTO (2009), em momentos em que a cafeicultura apresentava maus resultados, o reflexo era diferente a depender do sistema. Quando o preço do café estava em queda, o fazendeiro que utilizasse do sistema de colonato se encontrava em dificuldades, uma vez que sua receita diminuiria e seus custos manteriam se fixos, dado que a maior parcela destes advinham do pagamento de salário dos colonos. Este era o caso da maioria dos fazendeiros do oeste de São Paulo. No Vale do Paraíba, predominou o sistema de parcerias, e a atuação dos preços trazia efeitos distintos se comparados ao que ocorria nas fazendas das terras roxas.

Dado a baixa dinamização da atividade econômica brasileira naquele período, o rendimento que era obtido das receitas do café acabavam por retornar ao próprio plantio das fazendas por meio da compra de novas terras visando o aumento da produção. Concorria para o uso deste capital, mas como parte do ciclo produtivo, o investimento da malha ferroviária, que estava ligado ao crescimento da indústria cafeeira. Com o auxílio da importação, o desenvolvimento das estradas de ferro possibilitou a redução dos custos e o aumento dos fluxos de transporte que ligava as áreas cafeeiras ao porto de Santos (SAES, 1986).

Porém, o desenvolvimento da indústria cafeeira era debilitado pela situação precária do sistema bancário da época. A economia brasileira carecia dos meios de pagamentos necessários para atender os fluxos de financiamentos, bem como para realizar o financiamento dos fatores de produção ligados ao desenvolvimento da indústria e da agricultura. O advento da mão de obra assalariada levou a maior demanda por moeda. O capital de giro se fazia presente na economia capitalista nascente, contrariamente ao que acontecia em anos anteriores na economia escravista, que o custo do fazendeiro era basicamente o custo fixo, sem necessidade de capital circulante (FURTADO, 2000). Aproveitando desse cenário, coube ao capital estrangeiro suprir grande parte das necessidades financeiras da lavoura.

2.3. A OFERTA E DEMANDA DE CAFÉ

A partir de 1850, o Brasil passou a representar 40% da produção mundial do café, o equivalente a 1,8 milhões de sacas de café. Entre 1860 a 1906 o café passou a responder por mais de 60% das exportações brasileiras, assumindo o posto de principal produto gerador de divisas do país (SIMONSEN, 1973). O aumento da demanda externa puxou a produção nacional para patamares ainda não vistos até então. Como destaca BORIS FAUSTO (1989):

A enorme expansão da produção foi incentivada pela generalização do consumo do café na Europa e, em especial, nos Estados Unidos. A população americana praticamente triplicou entre 1850 e 1900, graças em parte à corrente imigratória. Os imigrantes europeus entraram em contato com pessoas já habituadas ao uso da bebida. Processou-se também uma alteração qualitativa da população, com tendência ao envelhecimento, o que veio a favorecer o consumo. (FAUSTO, 1989, p. 219)

O rumo que o mercado de café seguiu a partir da segunda metade do século XIX, puxado pela alta dos preços e o aumento da base consumidora do produto, especialmente nos Estados Unidos e Europa, serviu de estímulo para a expansão da produção brasileira, impulsionando o número de fazendas de café, em especial na região do oeste paulista.

O aumento das exportações brasileiras de café elevaram o seu preço interno, passando de dezoito mil réis a saca em 1857 para vinte e sete mil réis em 1863. Como os cafeeiros levam em torno de cinco anos para seu desenvolvimento, o reflexo do aumento dos preços na produção não era imediato, sendo refletidos nos anos finais da década de

1860. Nas safras entre os anos de 1866 a 1869, as exportações registraram em média 3,4 milhões de sacas frente aos 2,5 milhões de sacas das safras de 1857 a 1860, levando a uma queda dos preços a partir de 1863. Mesmo com esta redução do preço pago pelas sacas, o rendimento da cafeicultura não se mostrou afetado. O volume de exportação tendia para um movimento de alta, mantendo elevada a receita dos cafeicultores (DELFIM NETTO, 2009).

Na década seguinte, o esgotamento dos cafeeiros dos anos anteriores, em conjunto com a geada que ocorreu nos cafezais paulistas, deram início a uma nova alta dos preços. Entre os anos de 1870-1872 a saca do café custou em média 20 mil réis, tendo alcançado três anos depois a cifra de 40 mil réis.

Dado o seu ciclo próprio de maturação, os mecanismos de oferta e demanda por norma se apresentavam em descompasso, uma vez que tanto a alta quanto a queda dos preços influenciaram na quantidade de cafezais plantados, com um certo período de atraso nas respostas.

Em meados da década de setenta, tanto os Estados Unidos quanto a Europa, principais consumidores do café brasileiro, enfrentavam um momento de crise econômica, tendo afetado seus comércios internacionais. Como consequência, o preço do café entrou numa trajetória de declínio. Em 1882, na cotação internacional, chegou a valer 39% do valor de 1874. Apesar disso, devido à desvalorização cambial da moeda brasileira, por fatores relacionados à conjuntura externa e pelos recorrentes déficits das contas públicas, as receitas dos cafeicultores atingiram níveis recordes, tamanho era o volume de exportação naquele momento, permitindo ao país aliviar suas dívidas, pois o aumento das divisas oriundas das receitas do café, pressionaram para o maior volume de importação e, um dos meios de arrecadação do governo se dava por meio da cobrança dos impostos de importação (VILLELA & SUZIGAN, 1975). O casamento entre desvalorização cambial e aumento das exportações passou a agradar grande parcela da elite cafeeira.

Com a recuperação econômica nas economias internacionais com o advento da segunda revolução industrial, a demanda externa voltou a aquecer o mercado cafeeiro. A oferta brasileira, que vinha desacelerando em decorrência de uma década de queda dos preços nacionais, tornou-se insuficiente para atender o mercado externo. Soma-se, também, o fato de os concorrentes brasileiros de Java estarem passando por um período de quebra de safra. Como resultado, houve uma pressão muito grande pelo lado dos consumidores que voltou a tornar atrativo a expansão das lavouras de café (DELFIM NETTO, 2009).

A partir do início da década de noventa, o número de sacas exportadas passou a bater recordes em cada nova safra, dando os primeiros sinais das “supersafras” da economia cafeeira. Somente nos Estados Unidos, a demanda por café, entre 1882 e 1900, teve uma expansão na ordem de 71%. Apesar desse aumento significativo do período, a expansão da oferta cresceu 93,3%, indício do descompasso que a lavoura cafeeira passava, os resultados negativos não tardaram a aparecer (RIBEIRO, 2011).

3. OS ANTECEDENTES DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

3.1. ORIGENS DA SUPERPRODUÇÃO

Os motivos que levaram a superprodução no início do século XX se deve às características apresentadas sobre a estrutura cafeeira: a mudança no modo de produção; a transferência do eixo produtivo da região fluminense para o oeste paulista; a redução dos custos devido à expansão da malha ferroviária e o incremento da mão de obra imigrante; o aumento da produtividade e as relações entre a oferta e demanda do café que se seguiram dado as oscilações no preço (DELFIM NETTO, 2009). Além da conjuntura apresentada, coube somar a estes elementos: as políticas econômicas adotadas no Brasil, especialmente as mudanças no sistema bancário e o ambiente externo na economia internacional.

Ainda no fim do período imperial, foi estabelecida a Lei Bancária de 1888, autorizando a criação de bancos privados de emissão, colocando fim ao monopólio do tesouro e prevendo a contratação de um empréstimo de financiamento da lavoura. Esse auxílio a lavoura seria dado por meio de um empréstimo do Tesouro aos bancos de fomento à agricultura sem a cobrança de juros, e estes deveriam repassar aos produtores rurais a uma taxa de juros de 6% ao ano. Essa facilidade de crédito agrícola vinha em parte como uma pressão dos lavradores das regiões escravistas como compensação da abolição (BOTELHO JÚNIOR, 2003).

O ministro da fazenda Ruy Barbosa, mediante a Lei de 1888, aumentou a oferta monetária na economia brasileira em detrimento da pressão criada pelo aumento da demanda dos meios de pagamentos. Naquele momento, o Brasil passava por um problema de liquidez, e uma alternativa para sanar o problema foi a emissão monetária. Entre os anos de 1889 a 1894, a emissão de moeda aumentou em três vezes e meia, levando a uma inflação média anual de 20%. O efeito da política expansionista rebateu na taxa de câmbio, passando de vinte e seis pences de libras por mil réis em 1889 para quatorze pences de libras por mil reais em 1891 (VILLELA & SUZIGAN, 1975).

Ocorre, entretanto, que o quadro da desvalorização cambial foi também intensificado por fatores exógenos à economia brasileira. Na Argentina, problemas econômicos levaram a uma moratória do país, levando à quebra do Banco Barings. O banco era de origem inglesa e, estes eram os principais credores do Brasil naquela

época. A crise no país vizinho certamente levou à fuga de capitais nos países da América latina, intensificando ainda mais a desvalorização cambial do mil réis (FAUSTO, 1989).

A liberdade concedida aos bancos comerciais para emitir moeda possibilitou o fomento ao crédito para as atividades agrícolas e industriais no país. Em São Paulo, a política creditícia impulsionou ainda mais os investimentos direcionados para as lavouras de café num momento em que a oferta de café já estava muito elevada. A conjunção entre desvalorização cambial e aumento da oferta seria necessária para a lucratividade da atividade posteriormente. De início, o crescimento das emissões refletiram no preço do café e conseqüentemente no lucro dos cafeicultores, os quais por meio do fenômeno da “ilusão monetária”, entendiam que estavam tendo aumento real de suas receitas, pois o aumento dos custos não era refletido no mesmo instante, ocorrendo futuramente (DELFIM NETTO, 2009). O reflexo desta conjunção pode ser visto adiante:

Como já mostramos, a causa principal da expansão cafeeira residiu na rápida depreciação da taxa cambial, causada principalmente pelo grande crescimento das emissões que se seguiram à proclamação da República. Inicialmente, os custos contratuais, como os salários, que constituem a parcela mais importante do custo de produção do café, não cresceram na mesma proporção que a desvalorização cambial; por sua vez, o rendimento residual, que é o lucro, expandiu-se. (DELFIM NETTO, 2009, p.49)

O preço do café caiu pela metade já nas safras de 1896-1897¹, colocando em risco todo o sistema financeiro à época, que havia realizado vultuosos empréstimos à agricultura. Pressionou, também, os comissários de café que passaram a ter grandes prejuízos com o atraso dos pagamentos realizados pelos fazendeiros.

O descompasso entre oferta e demanda dava aos especuladores estrangeiros uma posição privilegiada nas negociações com os cafeicultores e comissários brasileiros. Aqueles, passaram a formar excesso de estoques, adquirindo um maior controle sobre os preços, como nos mostra RENATO PERISSINOTTO (1994):

Além disso, tinham também consciência que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro. Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial (PERISSINOTTO, 1994, p.70)

A mudança no quadro das políticas monetárias de Ruy Barbosa viria com o ministro empossado na presidência de Campos Salles. Joaquim Murinho assumiu a

¹ Vide Anexo 1.

cadeira em 1898 e, passou a adotar políticas contracionistas, para colocar fim ao ciclo de desvalorização cambial e de estancar a oferta monetária feita pelos bancos comerciais. A posição de Murinho quanto ao momento que passava o setor cafeeiro é apresentado na obra de DELFIM NETTO (2009: 45):

Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o governo deixou que a produção de café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais organizados para a luta.

Na visão do ministro, a produção cafeeira seria regulada nas bases do “laissez-faire”, em que os cafezais de menor qualidade seriam eliminados, ficando no mercado apenas aqueles que estivessem aptos às leis de oferta e demanda. Nesse período, o Brasil passou por uma onda de crises bancárias, as quais forçaram o desligamento de muitas casas bancárias nacionais, fazendo com o que o setor cafeeiro passasse a depender cada vez mais do capital estrangeiro para suprir suas necessidades de financiamento. Esses credores eram em sua maioria companhias estrangeiras comerciantes de café (VILLELA & SUZIGAN, 1975).

A crise do café estava em vias de acontecer. Desde 1895 se discutia no congresso propostas para socorrer o setor cafeeiro de entrar em colapso e conseqüentemente causar uma crise na economia brasileira. A opinião dos cafeicultores era de que os comerciantes estrangeiros eram os responsáveis pelas quedas em seqüência do preço do café. Solicitaram que o governo federal assumisse a posição de comissário oficial, afastando do mercado os especuladores estrangeiros.

Não se pode atribuir apenas às condutas dos comerciantes estrangeiros o fato da indústria do café ter chegado ao seu estado de revés. As produções que vinham sendo registradas mostravam o descompasso que a economia cafeeira enfrentaria com uma iminente crise de superprodução a caminho:

A conjugação dos preços altos com essas disponibilidades de fatores de produção exerceu um impulso poderoso sobre a nossa produção, que passou de pouco mais de 6 milhões de sacas entre 1892 e 1896 para nada menos de 9,3 milhões na safra de 1896-97, ou seja, quatro anos depois, e para 11,2 milhões em 1897-98. Se tomarmos a média da produção entre as safras de 1900-01 e 1903-04, quando todo o cafezal se tornou adulto, encontraremos 12,7 milhões de sacas. A elevação dos preços havia, portanto, dobrado a produção brasileira em menos de 10 anos. (...) Os acréscimos da produção estavam, entretanto, criando um desajuste de dimensões até então desconhecidas entre oferta e procura (DELFIM NETTO, 2009, p.35)

Tendo em vista que em um espaço de pouco mais de anos a produção cafeeira mais que dobrou, já era de se esperar que uma crise ocasionada por excesso produtivo ocorreria, principalmente dado a trajetória de queda nos preços, que reduzia o lucro da principal atividade econômica naquele momento.

3.2. AS DISPUTAS POLÍTICAS DENTRO DA ELITE CAFEIEIRA

Antes de entrar nas medidas que seriam adotadas durante todo o processo da valorização do café, cabe salientar que durante este período de defesa, houve conflitos políticos dentro dos distintos grupos que compunham a elite econômica em torno da atividade cafeeira. Para PERISSINOTTO (1993), nos anos iniciais da República velha, não houve uma homogeneização na composição da elite política e econômica daquele período. Existia uma separação de interesses entre os agentes pertencentes ao grande capital cafeeiro e os agentes que pertenciam à lavoura, estando os últimos subordinados aos primeiros. A diferenciação entre os grupos estava dada na divisão de cinco grupos:

A diferenciação no interior das classes dominantes da sociedade exportadora paulista se expressava também nas diversas associações de classe, representantes de interesses bem diferenciados. Aqui temos a Sociedade dos Agricultores Paulistas, criada pelo governo para obter apoio à política ortodoxa de Campos Sales, dirigida por membros do grande capital cafeeiro, como Antonio Prado e Francisco de Paulo Queiróz; a Sociedade Paulista de Agricultura, organizada dentro da própria Secretaria Paulista de Agricultura, formada por membros da lavoura e de comissários; a União dos lavradores que, segundo Love (1982, p. 308-9), representava os fazendeiros menos poderosos; a Sociedade Rural Brasileira que, embora não fosse só paulista, foi formada por Artur Diedricksen, da firma Teodor Wille, membro do grande capital cafeeiro ligado a empreendimentos estrangeiros (os principais presidentes da SRB foram Paulo de Moraes Barros e H. de Souza Queiróz, cujas famílias atuavam nas mais diversas atividades da economia cafeeira); finalmente, a Liga Agrícola Brasileira, claramente vinculada às reivindicações da lavoura. (PERISSINOTTO, 1993, p.167)

Ao longo da última década de 1890, os membros da lavoura cafeeira se mostraram insatisfeitos com as diretrizes políticas que vinham sendo tomadas pelos membros representantes do grande capital cafeeiro, os quais tinham como parte de seus negócios a atividade cafeeira, mas que também, estavam vinculados com outras atividades urbanas ligadas às casas bancárias, as firmas comerciais importadoras, aos comerciantes estrangeiros, ou seja, a setores que tinham seus interesses que muitas vezes conflitavam com os dos agentes da lavoura ligados exclusivamente à terra (SAES, 1986).

O ápice das dissensões ocorreu em 1898 com a tentativa de se criar um partido da lavoura por parte dos fazendeiros de café localizados no interior do estado de São Paulo, buscando fazer oposição aos agentes pertencentes ao grupo do grande capital cafeeiro. Dentre as reivindicações dos membros da lavoura cafeeira, estava: (i) a concessão de empréstimo de longo prazo; (ii) a fixação de preços mínimos; (iii) o monopólio do estado sobre a comercialização do café; esta última, em oposição ao processo especulativo oriundo dos comerciantes estrangeiros (PERISSINOTTO, 1993).

3.3. AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO (1902 - 1906)

Com a produção atingindo números recordes, o descompasso entre a oferta e a demanda atingiu patamares ainda não vistos na economia cafeeira. As tratativas para uma intervenção governamental que viesse em socorro da lavoura ganharam maior espaço nos primeiros anos do século XX, sendo que em 1903 o governo paulista proibiu a plantação de novos cafeeiros por um período de cinco anos.

Em julho de 1902, o então governador do Rio de Janeiro Quintino Bocaiuva propôs o estabelecimento de um preço mínimo de vinte e quatro mil réis pela saca de café, pedindo também que o governo federal emitisse 200.000 mil réis para auxiliar a lavoura. No período da proposta, o valor não atingia cinco mil réis a saca e, portanto, o “Plano Bocaiuva”² ficou apenas nos debates nas assembleias legislativas sem ter sido levado adiante (DELFIM NETTO, 2009).

No ano seguinte, Alexandre Siciliano, industrial e membro da sociedade paulista de agricultura, propusera um plano de intervenção que estabelecia que se formaria um sindicato privado que seria responsável por financiar o esquema de valorização do café (PERISSINOTTO, 1993).

O “plano Siciliano” previa a compra e retenção do excedente do café com respaldo do governo federal. Buscava-se explorar a posição do Brasil de maior produtor de café, com a vantagem de poder explorar o potencial de monopólio que o país tinha. As bases do plano foram apresentadas em setembro de 1903:

Um sindicato será organizado que contratará com o governo da nação, pelo prazo de oito annos, a compra do annual de quinze a dezesseis milhões de saccas de café brasileiro aos preços seguintes, sobre a base do cambio de 12 d. por 1\$000 réis: no 1º. anno 5\$500 por 10 k. 2º. anno 6\$000. Do 3º. anno em diante 6\$500.

² O termo foi utilizado pelo jornal “O Estado de São Paulo” em um editorial publicado no dia 22 de julho de 1902.

Vigorando estes preços para o café tipo 7 americano, as demais sortes terão preços proporcionais. Os preços acima sofrerão as alterações compatíveis com as oscilações do câmbio, sendo que a máxima da variante dos preços do café será limitada pelas taxas cambiais de 16 d. e de 8 d.; - acima de 16 d. e abaixo de 8 d. o preço do café não mais sofrerá alteração. O sindicato não poderá comprar café acima dos preços fixados nas tabelas do contrato (O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 19/09/1903).

Mesmo com a insatisfação por parte do setor cafeeiro, o governo federal assumiu a posição de não intervir em favor dos interesses da lavoura. Argumentava-se que a crise pela qual passava a indústria cafeeira era em decorrência da “má alocação de recursos”, canalizados na produção cafeeira. Era inevitável que houvesse uma seleção das lavouras, sem ser necessário o auxílio do governo federal. Essa era a posição que inicialmente foi tomada por Joaquim Murinho e que se prolongou até o ano do Convênio de Taubaté.

3.4. O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Para o ano de 1906, havia uma previsão de que a produção em São Paulo iria alcançar doze milhões de sacas, podendo a produção mundial atingir vinte milhões de sacas. Porém, o resultado veio além do esperado. A produção registrada foi de aproximadamente 15,4 milhões de sacas no estado, e de vinte e quatro milhões de sacas no mundo, levando a superprodução de 1906. Os preços no exterior estavam abaixo dos custos de produção, em parte devido ao monopólio que os comerciantes estrangeiros estabeleceram no Brasil, controlando os estoques e a distribuição do café brasileiro nos entrepostos do exterior (HOLLOWAY, 1978). De fato, quem mais sentia a crise era o produtor de café, uma vez que os preços pagos pelos consumidores estrangeiros não se alteravam, fazendo com que os comerciantes estrangeiros não vissem suas receitas diminuírem.

Aos baixos preços que vinham sendo pagos aos produtores somaram-se outros elementos que poderiam ter colocado a atividade cafeeira em risco: (i) a superprodução, impulsionada nos anos do encilhamento, (ii) o processo de valorização cambial iniciado com as políticas contracionistas de Joaquim Murinho, reduzindo o crédito à lavoura. Este último fator corroborava na redução das receitas dos cafeicultores, os quais passaram a reivindicar uma política de defesa do café por intermédio do governo federal, dando origem ao Convênio realizado no município de Taubaté.

Em fevereiro de 1906, foi assinado o Convênio de Taubaté pelos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em que se destaque, quinze pontos foram levantados, servindo como base do projeto de valorização do café³: (i) definiu-se o preço mínimo entre 55 e 65 francos em ouro por saca; (ii) preferência para se exportar o café do tipo 7; (iii) organização de um serviço por parte dos três Estados responsáveis pela divulgação e propaganda do café no exterior; (iv) criação e promoção de bolsas para o comércio do café; (v) responsabilização por parte dos produtores para melhorar a qualidade dos cafeeiros; (vi) cobrança de uma sobretaxa de três francos por saca de café exportada; (vii) uso da sobretaxa para o pagamento das dívidas do programa; (viii) autorização concedida ao Estado de São Paulo para contrair empréstimos estrangeiros; (ix) criação de uma comissão responsável pelos andamentos do programa; (x) comissão responsável por estabelecer os serviços do programa; (xi) a sede da comissão seria em São Paulo; (xii) os regulamentos estabelecidos na comissão deveriam passar por aprovação dos três estados contratantes; (xiii) os resultados concernentes ao convênio seriam distribuídos conforme as quotas de cada estado; (xiv) o presidente da república seria escolhido para ser o árbitro nas disputas entre os estados contratantes; (xv) o convênio entraria em vigor a partir da aprovação pelo presidente da República.

A relevância que o encontro entre os três governadores trouxeram pode ser expressa da seguinte maneira:

O convênio que os presidentes assinaram às duas horas da manhã do dia 26 de fevereiro de 1906, não trouxe nenhuma surpresa. Mas era significativa por uma série de razões; primeiro, tornou público os detalhes da valorização, permitindo um debate aberto e melhor fundamentado da questão. Segundo, constituiu um apelo oficial dos estados para uma participação do governo federal no programa. Terceiro, pedia ao governo federal que tomasse uma atitude para estabilizar a taxa cambial do mil réis. (HOLLOWAY, 1978, p.61)

Para que o Convênio de Taubaté entrasse em vigor, seria necessário a realização de um empréstimo exterior de quinze milhões de libras, que serviria como base para a criação da caixa de conversão, instrumento que seria utilizado para conferir estabilidade ao câmbio brasileiro. Apesar da relevância histórica que o Convênio de Taubaté adquiriu, pouco do que fora apontado em sua estruturação foi levado adiante. Contudo, os meses que se seguiram após o convênio mostram que desde a data da reunião dos três governadores, “o problema do café” não mais seria deixado de lado:

³ Os pontos do Convênio de Taubaté foram apresentados pelo jornal “Correio Paulistano” no dia 27 de fevereiro de 1906.

Se é certo que o problema cafeeiro esteve sempre em discussão, não é menos certo que foi somente a partir da realização do chamado Convênio de Taubaté que a possibilidade de intervenção foi seriamente considerada. (DELFIM NETTO, 2009, p.61)

Outro tema atrelado à questão do café era a questão cambial e, portanto, ambas as questões deveriam ser elaboradas em conjunto. A estabilização cambial foi obtida por meio da criação da caixa de conversão em dezembro de 1906. O êxito da aprovação no congresso nacional dava maior credibilidade para o pagamento futuro das dívidas contraídas junto aos empréstimos estrangeiros feitos no país para a realização da compra do excedente do café.

O resultado da instituição da caixa de conversão esteve mais próxima dos anseios por parte dos cafeicultores paulistas, que exigiam um câmbio de doze pences por mil-réis, valor duramente contrariado por membros do congresso que viam no pedido um problema para o governo federal, que tinha de honrar seus compromissos com os credores internacionais. Os agentes políticos que se opunham a desvalorização do câmbio argumentaram em favor de um câmbio a vinte e sete pences por mil réis, uma aspiração nacional muito antiga⁴ (OLIVEIRA & SILVA, 2012).

O Convênio de Taubaté, conforme abordado, não foi levado adiante. A política de valorização observada partiu das iniciativas do governo de São Paulo. Apesar da intervenção estatal pela “defesa do café” e, mesmo que tenha sido estabelecido um câmbio mais próximo ao que a lavoura cafeeira reivindicava, esta última, ao contrário do que possa parecer, não saiu totalmente satisfeita em relação aos seus pedidos.

Consoante o apresentado anteriormente, as dissidências entre os membros da lavoura cafeeira e o grande capital cafeeiro ganharam maiores contornos nos meses que se seguiram às propostas do convênio. Um dos representantes do grande capital cafeeiro, Antonio Prado, sócio da firma brasileira exportadora de café Prado Chaves, se opunha ao projeto valorizador, tendo em vista que a tentativa de desvalorização do câmbio afetaria o comércio de exportação e outras atividades que dependiam da importação, como era o caso do setor ferroviário, ao qual Prado e outros agentes do grande capital possuíam participação (SAES, 1986).

Para além das dificuldades políticas, havia o problema dos preços fixos requisitados pela lavoura, que deveriam oscilar entre 55 e 65 francos num momento em que o preço estava em média em 35 francos já havia mais de dez anos. Portanto, seria

⁴ Entre os anos de 1833 e 1847 houve uma tentativa de se estabelecer uma paridade entre o mil réis e o ouro, em que se firmou uma taxa de câmbio de 27 pences por mil réis por meio da lei de 11 de setembro de 1847.

difícil para que a lavoura cafeeira sozinha exercesse pressão política para a realização da defesa do café. Foi necessário a presença do grande capital cafeeiro para que as medidas para a valorização do preço do café fossem realizadas. A presença do capital estrangeiro se tornou fundamental no esquema que permitiu ao estado de São Paulo realizar a compra do excedente e manter as receitas dos cafeicultores em um nível razoavelmente positivo que gerava uma lucratividade para a atividade (PERISSINOTTO, 1993).

4. A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO REALIZADA POR SÃO PAULO

4.1. O INÍCIO DA VALORIZAÇÃO

As propostas apresentadas no Convênio de Taubaté não foram adiante. Em primeiro lugar, não seria fácil a aprovação pelo congresso nacional do dispositivo que autorizava São Paulo realizar empréstimo junto ao exterior, tendo em vista que cabia somente ao governo federal tal medida. Em segundo lugar, não era positivo que os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais participassem do esquema de valorização, uma vez que ambos produziam um café de menor qualidade se comparado ao café produzido em São Paulo e, não se sabia ao certo qual preço seria pago pelo café inferior. Por fim, retomando o primeiro ponto, os cafeicultores queriam a desvalorização cambial, pois passaram a associá-la com o aumento de suas receitas, enquanto o governo federal não poderia aceitar um pedido de desvalorização elevado dado os compromissos assumidos com seus credores internacionais.

Ficando sozinho no esquema de valorização, o estado de São Paulo tomou suas primeiras iniciativas em defesa da lavoura do café em agosto de 1906, negociando o primeiro financiamento para a compra do excedente do café. O empréstimo de 1.000.000 de libras foi realizado com o banco alemão *Brasilianische Bank für Deutschland*. Como garantia da operação, o governo de São Paulo emitiu títulos de tesouro. Houve, de início, uma tentativa de se fazer o empréstimo com o tradicional Banco Rothschild, porém a recusa pelos ingleses se deu por conta da não aprovação da intervenção do estado de São Paulo na economia cafeeira (HOLLOWAY, 1978).

4.2. O PLANO SIELCKEN⁵

Considerando a situação da última safra (1906), havia o entendimento de que o montante adquirido do empréstimo seria insuficiente para reter o excesso de café que vinha sendo produzido. A partir disso, o governo de São Paulo aproximou-se dos comerciantes estrangeiros para que estes entrassem na coalizão que daria sustentação aos preços do café. Para isso, Hermann Sielcken, representante de uma das maiores firmas atacadistas nos Estados Unidos, tornou-se figura importante do esquema. A

⁵ Termo apresentado por DELFIM NETTO em sua obra “O problema do café no Brasil”. Uma referência as medidas que Hermann Sielcken adotou junto as firmas estrangeiras para se iniciar as compras do excedente do café em conjunto com o governo paulista.

proposta de Sielcken estava muito próxima daquela apresentada por Alexandre Siciliano. A diferença entre ambos residia no fato de que antes se almejava explorar a situação de potencial monopólio do Brasil, sendo que o objetivo era afastar os comerciantes estrangeiros de suas posições de oligopsônio. No novo plano, porém, a participação dos comerciantes estrangeiros passou a ser determinante para que o esquema fosse levado adiante.

Semelhante ao que havia sido proposto por Siciliano, Hermann Sielcken agrupou um “sindicato”⁶ formado por firmas estrangeiras, dentre elas, as casas de exportação norte-americana Crossman and Sielcken, Arbuckle Bros e Wille Company, tendo a última atuado no Brasil desde 1844 nas exportações de algodão e açúcar. Além destas, havia mais três casas exportadoras de Havre e outras quatro de Hamburgo, junto a mais dois bancos ingleses e um banco alemão (HOLLOWAY, 1978).

O primeiro acordo entre o sindicato de Sielcken e o governo paulista estabelecia que o grupo estrangeiro iria adiantar 80% do financiamento para a compra de dois milhões de sacas de café, os quais seriam negociadas no porto de Santos, sendo que os outros 20% seriam financiados pelo estado de São Paulo. O valor a ser pago pelas sacas de café seria de sete centavos de dólares por libra-peso garantidos pela Wille Company. Caso o valor no mercado estivesse abaixo do preço estabelecido, o governo iria reembolsar a firma estrangeira. Como garantia da operação, São Paulo estabeleceu o pagamento de 6% de juros e 3% de comissão no final do ano, cobrindo também os custos de armazenamento nos entrepostos norte-americanos, onde o café ficaria armazenado (DELFIM NETTO, 2009).

No final de 1906, devido às más condições que passava o estado de São Paulo, foi oferecido um novo empréstimo de três milhões de libras concedidos pela companhia J. Henry Schroeder e pelo banco norte-americano National City Bank, tendo a companhia cedido, dois milhões de libras e o banco um milhão de libras. Do montante, uma parcela foi destinada ao pagamento do empréstimo realizado com o banco Brasilianische Bank fur Deutschland e a outra foi destinada a continuar a operação das compras do excedente do café. Como garantia, o governo paulista passou a aplicar a taxaço de três francos de ouro por saca exportada e ofereceu um juro de 5% ao ano aos financiadores deste último empréstimo. Até o final deste ano, foram retiradas 2.569.566 sacas de café.

Os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, apesar de não terem aderido ao “novo esquema da valorização”, sentiam os efeitos do que vinha ocorrendo na

⁶ Termo atribuído por Delfim Netto em sua obra “O problema do café no Brasil”.

manipulação do mercado organizada por São Paulo. Se por um lado havia uma manutenção dos preços do café de tipos inferiores naqueles estados, por outro, havia a preocupação de que o café de baixa qualidade perdesse valor no futuro, pois o sindicato estava comprando o café de melhor qualidade (tipo 7) para estocagem e, em algum momento, este retornaria ao mercado podendo prejudicar as lavouras de Minas e Rio.

Em um acordo entre os três estados, Rio e Minas passaram a cobrar três francos em ouro sobre as sacas exportadas e ingressaram no esquema de valorização. Porém, prevaleceu a força dos comerciantes estrangeiros que impuseram a condição da compra do café do tipo 7 nos dois estados, o que não agradou grande parte dos cafeicultores que produziam café de qualidade inferior em ambas as regiões (HOLLOWAY, 1978).

Para eliminar um possível conflito entre os cafeicultores dos novos estados ingressantes, o governo federal entrou no esquema de valorização em fevereiro de 1907, oferecendo um empréstimo de trezentos e setenta e cinco mil libras ao estado de São Paulo, que seria destinado à compra do café inferior dos tipos 8 e 9. A operação seria realizada pela firma estrangeira participante do sindicato Sielcken, Wille and Company, e o café de qualidade inferior seria comprado no porto do Rio de Janeiro.

Dado a supersafra de 1906-1907, o número de sacas compradas destinadas ao estoque ainda eram insuficientes, tendo em vista que os preços continuavam em queda. O estado de São Paulo, cada vez mais pressionado para o pagamento de suas dívidas, realizou mais um empréstimo com os membros do sindicato em setembro de 1907, dessa vez junto aos bancos franceses Société Générale e o Banco de Paris. A quantidade destinada foi de dois milhões de libras e a nova garantia foi feita por meio do arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana a um consórcio franco-americano (HOLLOWAY, 1978).

A casa Rothschild apesar de não concordar com a interven o em curso, tendo visto a crescente concorrência do capital dos bancos e firmas ligadas ao sindicato destinados ao Brasil, resolveu entrar no projeto de valoriza o, mesmo que de maneira indireta, buscando zelar por sua posi o contrária   política intervencionista (FAUSTO, 1989). Em outubro de 1907 foi realizado um empréstimo de três milhões de libras ao governo de São Paulo com a autoriza o dada pelo governo federal. A cobrança já estipulada da sobretaxa sobre as sacas de exporta o serviriam também como recurso de garantia aos credores ingleses. No final do ano, São Paulo já havia retirado de circula o pouco mais de 8,1 milhões de sacas de café.

No ano de 1908, o governo ainda comprou 291.052 sacas, totalizando uma retirada total de 8.474.623 sacas desde o início do programa (DELFIM NETTO, 2009). A pressão pela venda dos estoques aumentava devido à necessidade de saldar parte de suas obrigações com os credores internacionais. No primeiro semestre daquele ano, São Paulo autorizou a venda de um milhão e duzentas mil sacas no exterior. O preço do café, que em 1906 se encontrava a 6,22 cents por libra-peso no primeiro semestre, passou a ser cotado a 7,98 cents por libra-peso no começo do segundo semestre, o equivalente a pouco mais de trinta mil réis por saca, embora no Brasil, a saca estivesse sendo vendida por um preço um pouco abaixo deste último valor.

Para DELFIM NETTO (2009), encerrava-se com esta venda de pequena parte do excedente do café, a primeira fase de valorização, em que o esquema havia conseguido manter o preço da saca próximo ao que tinha sido estabelecido no Convênio de Taubaté (trinta e dois mil réis por saca) e que o governo paulista era o responsável pelo controle das operações realizadas.

4.3. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA VALORIZAÇÃO (1908)

Dado a real situação financeira do estado de São Paulo, que não era positiva, o segundo semestre de 1908 marcou a transferência do controle do esquema de valorização para o comitê organizado pelos comerciantes estrangeiros. Um novo empréstimo foi realizado com o intuito de se fazer o refinanciamento das dívidas:

O problema da crônica crise financeira de São Paulo, foi finalmente resolvido, no final de 1908, com a negociação de um empréstimo de quinze milhões de libras para a consolidação da dívida da valorização. A "J. Henry Schroeder", de Londres, emprestou dez milhões de libras para São Paulo, dos quais, dois milhões foram fornecidos pelo "National City Bank", de Nova York. A "Société Générale" de Paris e o "Banque de Paris et Pays Bas" emprestaram os cinco milhões restantes. A maioria deste empréstimo foi utilizado para pagar os empréstimos de valorização que ainda estavam correndo, incluindo o capital que os comerciantes de café haviam adiantado no esquema oitenta/vinte por cento. (HOLLOWAY, 1978, p.79).

O acordo do empréstimo previa, por meio de uma cláusula, que São Paulo não mais teria o controle do café comprado para a valorização, mas que continuaria com os compromissos firmados em relação ao pagamento dos juros, das comissões e dos custos referentes ao armazenamento do café nos armazéns do exterior. Notava-se assim a submissão do governo paulista frente aos importadores estrangeiros.

Uma série de medidas passou a ser adotadas: (i) as decisões do programa seriam tomadas por um comitê de sete membros, dos quais quatro seriam nomeados pela firma J. Henry Schroeder, dois pela Société G n rale⁷ e um pelo governo de São Paulo; (ii) haveria uma eleva o da sobretaxa sobre exporta o de tr s para cinco francos em ouro; (iii) o Estado não poderia decretar qualquer lei referente ao comércio do café sem antes uma aprova o do comitê; (iv) São Paulo passaria a estipular um teto máximo para as exporta es, podendo cobrar um imposto ad valorem de 20% caso as exporta es ultrapassassem o teto; (v) O governo federal deveria assumir o empréstimo de quinze milhões; (vi) o comitê teria o direito de vender quinhentas mil sacas de café na safra 1909-1910, seiscentas mil sacas na safra 1910-1911 e setecentas mil sacas na safra 1911-1912, sendo que, poderia vender quantidades adicionais caso o preço estivesse acima de 12,14 cents por libra-peso (HOLLOWAY, 1978).

A mudança do controle da valoriza o aconteceu no momento em que o preço do café começou a se recuperar no mercado internacional. No fim de 1908 e no começo de 1909 a cota o do café na bolsa de Nova York era de 8,34 e 8,8 cents por libra-peso⁸, respectivamente, acima do preço pago nas primeiras sacas compradas pelo sindicato Sielcken. O aumento do preço não decorreu apenas das compras do excedente por ordem de São Paulo. Os efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo paulista no ano de 1903 começaram a surtir efeito. A manipula o dos preços tornara cada vez mais viáveis,   medida que grande parte das sacas colocadas em estoque, eram compostas com o café da melhor qualidade, o que certamente corroborou para a eleva o dos preços no mercado internacional.

Como foi visto, havia motivos suficientes para que o preço do café iniciasse uma trajetória de recupera o, porém, o que justificaria o valor ter dobrado em um intervalo de apenas cinco anos, dado que os estoques ainda se encontravam elevados? A resposta pode ser vista pelo lado de quem mais se beneficiou com todo o processo de valoriza o:

Em Nova York, o comitê s  vendia café da valoriza o em leilões privados, com as estritas condi es de que o café não fosse solto na bolsa de café nova yorkina, ou que não fosse revendido para qualquer pessoa que não garantisse mantê-lo fora da bolsa. [...] Era Herman Sielcken que, atuando como agente e representante do comitê em Nova York, encarregava-se de todas as vendas de valoriza o nos Estados Unidos. [...] Normalmente os licitantes vencedores acabavam sendo a "Crossman and Sielcken", a "Arbuckle Bros", alguma firma associada ou sob o controle dessas duas grandes companhias, ou ainda um de seus empregados ou agentes (HOLLOWAY, 1978, p.84)

⁷ O banco Société Générale tinha participa o societária no Banco Nacional do Brasil (FRANCO, 1987).

⁸ Vide Anexo 2.

O café, sob domínio dos comerciantes estrangeiros, passaram a ser negociados de forma manipulada no mercado internacional. As empresas ligadas ao sindicato tornavam insustentável a prática do comércio pelas empresas concorrentes. As manipulações garantiram os aumentos dos preços entre os anos de 1909 a 1912. Neste último ano, a cotação na bolsa de Nova York esteve em média em 14,46 cents por libra-peso, chegando a alcançar 16 cents por libra-peso⁹, o valor mais alto após as intervenções do governo de São Paulo (DELFIM NETTO, 2009).

O impacto das intervenções na economia brasileira pode ser visto pelo acúmulo de divisas que o Brasil passou a apresentar naquele momento, passando de vinte e sete milhões de libras em 1910 para pouco mais de quarenta e sete milhões de libras em 1912, permitindo o efetivo plano de estabilização oriundo do esquema da Caixa de Conversão.

Evidentemente não faltariam apontamentos contrários ao modo como o café vinha sendo negociado. O departamento de justiça americano, em 1912, por meio da Lei Sherman, advertiu sobre o esquema de Herman Sielcken e passou a investigar o comitê, tendo ameaçado confiscar todo o café da valorização. Porém, devido ao café pertencer legalmente ao governo paulista, o departamento de justiça pouco pode avançar em suas condutas punitivas, uma vez que a Lei Sherman não prescrevia nada sobre atuação perante governos estrangeiros. Apesar disso, Sielcken e o sindicato venderam todas as suas sacas de café no mercado norte-americano em 1913 (HOLLOWAY, 1978). O estoque nas mãos dos comerciantes era tão elevado que a rápida colocação no mercado fez o preço recuar para 10,91 cents por libra-peso naquele ano. Encerrava-se assim a participação do sindicato no programa de valorização do café. No lugar do sindicato liderado pelas firmas norte-americanas, um novo conselho consultivo liderado pela firma alemã J. Henry Schoreder passou a direcionar os estoques restantes da valorização.

Ao final do primeiro programa de valorização, São Paulo se encontrava em uma situação confortável frente aos seus compromissos firmados ao longo do processo. O empréstimo de quinze milhões realizado em 1908, que tinha um prazo de dez anos para ser pago, foi totalmente liquidado em 1915, um ano depois que o governo paulista passou a controlar novamente as sacas em estoques. Em 1913 e 1914, os paulistas contrataram os dois últimos empréstimos junto à firma J. Henry Schroeder no valor de sete milhões e meio de libras e quatro milhões e duzentas mil libras respectivamente para saldar a dívida

⁹ Vide Anexo 2.

pública do estado, oferecendo como garantias o uso da sobretaxa sobre as sacas exportadas. Em sua última operação, São Paulo destinou três milhões de sacas nos entrepostos europeus, tendo encerrado sua participação no primeiro esquema de valorização.

5. CONCLUSÃO

Como destacado no último capítulo deste trabalho, buscamos apresentar a política de valorização do café que foi efetivamente colocada em prática. Foi apresentado o valor financeiro requerido na defesa do café, o volume de sacas retirado do mercado nos primeiros anos do esquema e, como os estoques retornaram ao mercado, tendo São Paulo perdido a autonomia da comercialização dos estoques nos anos em que o consórcio formado por Sielcken passou a impor cláusulas mais restritivas ao governo paulista.

Os participantes do consórcio evidentemente saíram beneficiados após o primeiro esquema de valorização por São Paulo. Os bancos envolvidos em todo o processo de empréstimo para o governo paulista puderam obter retornos por meio das elevadas taxas de juros e de garantias oferecidas pelo governo paulista. As firmas que comercializaram o café durante os anos do programa, além de receberem altos preços pelo produto, também usufruíram de uma posição de manter o mercado cafeeiro sob seus domínios, afastando da comercialização outras firmas que não estavam aderidas ao consórcio. Acrescenta-se, que os mesmos tiveram êxito nas vendas das sacas de café a preços mais elevados, não apenas pela especulação e pelo controle do comércio que garantiram, mas também, pelo fato das políticas restritivas já adotadas pelo governo paulista em 1903 terem seus efeitos durante o esquema valorizador, facilitando o caminho para que as firmas ligadas ao consórcio saíssem ao final do esquema com grandes lucros.

Apesar de não ter sido levado adiante conforme o plano projetado pelos três estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o convênio de Taubaté em parte teve êxito em algumas das reivindicações levantadas pelos representantes da lavoura cafeeira, os maiores interessados por uma política de valorização do café. O preço do café se manteve relativamente estável com uma oferta regulada, tendo em vista que sem nenhuma forma de intervenção, a tendência era para uma trajetória de quedas acentuada, podendo ter colocado os produtores de café em séria situação. A subordinação dos cafeicultores aos comerciantes estrangeiros foi a saída colocada para que o plano de valorização fosse levado adiante.

Para São Paulo, o esquema manteve o principal setor econômico do estado em uma posição relativamente confortável, não incorrendo em prejuízos políticos que pudessem abalar a hegemonia do principal partido à época, o partido republicano paulista. Se por um lado se tornou mais dependente do capital estrangeiro, no âmbito

nacional se fortaleceu, tendo forte influência na política brasileira em todo o período da República Velha.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO JÚNIOR, C. de O. A crise cambial do encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 275–294, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643069>. Acesso em: 16 out. 2023.
- CANABRAVA, A. P. **O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. 2º ed. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.
- CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. In: XII Encontro Nacional de Economia. **Anais [...]**, v. 1. São Paulo: ANPEC, v.1, 1984.
- CASTRO, A. B. de. **7 Ensaios sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971.
- DELFIN NETTO, A. **O problema do Café no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora Unesp, 2009.
- FAUSTO, B. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: BUARQUE de HOLANDA, SÉRGIO (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Diefel, 1989. v.8. p.215-248.
- FRANCO, G. H. B. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.
- FRITSCH, W. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M.P. (org). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, M. T. R. de; SILVA, M. L. F. O Brasil no padrão-ouro: a Caixa de conversão de 1906-1914. **História Econômica & História de Empresas**, v. 4, n. 1, jul. 2012.
- PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- PERISSINOTTO, R. M. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p.165-189, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/777/638>. Acesso em: 10 ago. 2023
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, F. A política econômica e o convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Pesquisa & Debate**, SP, v. 22, n. 1 (39) p. 75-93, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/7390>. Acesso em: 12 out. 2023.

SAES, F. A. M. de. **Grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930**. São Paulo: Hucitec, 1986

SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial no Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional: USP, 1973.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

ANEXO 1 – TAXA DE CÂMBIO (PENNY/MIL RÉIS) E PREÇOS DO CAFÉ, 1889 -1898

Ano	Taxa Cambial	Preço Interno	Preço Externo
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	120	113
1891	14 29/32	171	90
1892	12 1/32	201	87
1893	11 19/32	276	103
1894	10 3/32	290	92
1895	9 15/16	262	91
1896	9 1/16	252	69
1897	7 23/32	180	47
1898	7 3/16	163	41

Fonte: Brasil. IBGE (1941, p. 1354 e 1378).

ANEXO 2 – BRASIL: PRODUÇÃO, ESTOQUES E PREÇO DO CAFÉ: 1889-1913

Ano	Produção em São Paulo	Produção no Brasil	Produção no Mundo	Estoques “visíveis”	Estoques no Mundo	Preço no Brasil	Preço em Nova Iorque
1889	1.87	4.4	8.42	2.43	2.43	6.65	16
1890	2.91	5.52	9.28	1.9	1.9	8.15	19
1891	3.65	7.69	11.94	2.99	2.99	10.1	20
1892	3.21	6.53	11.27	3.16	3.16	12.2	14
1893	1.72	5.04	9.4	2.16	2.16	15.8	16.4
1894	3.96	7.23	11.76	3.06	3.06	14.7	14.7
1895	3.09	6	10.39	2.49	2.49	14.2	16.6
1896	5.1	9.31	13.91	3.98	3.98	10.7	11.1
1897	6.16	11.21	16.05	5.44	5.44	8.55	7.5
1898	5.58	9.32	13.72	6.18	6.18	7.3	6.5
1899	5.7	9.42	13.8	5.73	5.73	7.8	6.7
1900	7.97	11.28	15.07	6.83	6.83	5.85	6.4
1901	10.16	16.14	19.79	11.3	11.3	4.65	6.4
1902	8.35	12.94	16.66	11.87	11.87	4.2	6.6
1903	6.39	11.1	15.99	12.28	12.28	4.9	7
1904	7.4	10.52	14.44	11.22	11.22	5.15	8.1
1905	6.98	10.84	14.79	9.7	9.7	4.25	8.6
1906	15.39	20.19	23.78	16.38	16.38	n.d	7.9
1907	7.2	11	14.86	14.13	14.13	3.45	7.6
1908	9.53	12.91	16.91	12.82	12.82	3.4	8.34
1909	12.12	15.32	19.12	13.73	13.73	3.8	8.8
1910	8.46	10.85	14.52	11.08	11.08	5.85	10.4
1911	10.58	13.04	17.37	11	11	7.55	14.18
1912	9.47	12.13	17.05	10.29	10.29	6.9	16
1913	11.07	14.47	20.26	11.32	11.32	5	13.17

Fonte: W.Fritsch (1988), pp. 101-103, BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A dependência em progresso. Fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Campinas: Unicamp - IE, 2001 (Tese de Doutorado).

Nota: Os volumes de produção e estoque estão cotados em sacas. O preço no Brasil é cotado em mil-réis por dez Kg, e em Nova Iorque em centavos por libra.